

Os interesses privados na criação de municípios no Brasil: a experiência da emancipação do município de Rio Quente (Goiás)

Júlio Cesar Meira

Universidade Estadual de Goiás
Morrinhos - Goiás - Brasil
juliohistoriador@gmail.com

Suelene Aparecida de Oliveira

Universidade Estadual de Goiás
Morrinhos - Goiás - Brasil
sueleneoliveira@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar o processo de emancipação política do município de Rio Quente, estado de Goiás, tendo como pano de fundo a campanha de emancipação em que determinados grupos políticos e econômicos foram protagonistas. Partiu-se do pressuposto de que o processo de emancipação resultou dos interesses econômicos do grupo Rio Quente Resort e das possibilidades de atuação política que a nova estrutura político-administrativa do novo município proporcionaria. O povo, o cidadão comum, esteve, nos primeiros momentos, distante do processo, tanto de fato, quanto nos discursos e narrativas que compuseram o arcabouço das fontes e documentos utilizados para a pesquisa. A metodologia empregada no trabalho foi a da análise de textos jornalísticos, tomando-se o cuidado que esse tipo de fonte requer, como, ademais, qualquer outro tipo de fonte.

Palavras-chave: História. Rio Quente. Emancipação.

Introdução

No tempo da seca o Ribeirão d'Água Quente começa, como já disse, no Poço da Gameleira, mas não é essa a sua verdadeira nascente, que fica localizada na serra, a meio-quarto de légua das fontes minerais. Na época da chuva, as águas da nascente, muito frias, misturam-se com as do poço, tornando menos quentes as águas do ribeirão (SAINT-HILAIRE, 1975).

Entre os anos de 1988 a 2001 houve uma intensificação no processo de formação e criação de novos municípios no Brasil, com o surgimento de 1379 novas unidades administrativas. Para efeitos de comparação, como demonstraram Cigolini e Cachatori (2012), no período de 1980 e 2010 o número total chegou a 1591.

Parte da explicação desse fenômeno decorre das mudanças da legislação que regulamenta a criação dos novos municípios. Ao longo do período analisado o Brasil

chegou a ter mais de três legislações que tratavam da criação ou desmembramento de um município. Entre 1980 e 1988 o processo era regulamentado pela Lei Complementar nº 01/1967, que, baseada na Constituição de 1967, estabelecia que todo novo município deveria ter:

[...] população estimada, superior a dez mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população existente no Estado; eleitorado não inferior a dez por cento da população; centro urbano já constituído, com o mínimo de duzentas casas; e arrecadação mínima de cinco milésimos da receita estadual de impostos, computada no exercício anterior ao processo de emancipação. Comprovado o atendimento a tais exigências, a Assembleia Legislativa do respectivo Estado determinava a realização do município e, havendo resultado favorável, editava a lei de criação do novo município (LORENZETTI, 2003, p. 03).

Como se vê, as exigências criadas para a criação ou desmembramento de municípios pela Lei 01/1967, apesar de delegar aos estados a autonomia para o processo, estabeleceu tantas regras que, na prática, inviabilizavam as tentativas de se criar um novo município. A situação reflete os números: entre 1980 e 1988 apenas 173 municípios foram criados (CIGOLINI e CACHATORI, 2012).

A mudança trazida pela Constituição de 1988 foi significativa. Ao celebrar a ideia da autonomia dos entes federativos, a Constituição, em seu Artigo 18, estabeleceu, no parágrafo 4º, que:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988, p. 23).

Na prática acabaram as exigências prévias para a criação de municípios, bem como a interferência da União no processo. A partir de então, bastava que uma população demonstrasse uma ideia difusa de “unidade histórico-cultural do ambiente urbano” como na redação do parágrafo 4º do Artigo 18, ideia essa praticamente impossível de se contestar, visto tratar-se da construção de uma identidade de grupo, ou seja, de auto atribuição. Apesar de ser exigida a criação de Lei Complementar para normatizar a matéria, a quantidade de municípios criados até o ano de 1996¹ – quando a Emenda Constitucional (EC) nº 15 alterou o parágrafo 4º do Artigo 18 – demonstra que, na prática, os grupos políticos de cada estado se organizaram e articularam leis favoráveis aos desmembramentos. A nova redação do parágrafo 4º, dada pela EC nº 15 definia que:

¹ CIGOLINI e CACHATORI (2012) informam que 840 municípios foram criados entre a promulgação da Constituição, em outubro de 1988 e setembro de 1996, quando a EC nº 15 foi promulgada.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Apesar de ainda deixar a cargo dos estados a criação dos novos municípios, a EC nº 15 passou a exigir duas coisas: em primeiro lugar, uma Lei Complementar Federal que iria determinar o período para a criação das novas unidades federativas; em segundo lugar, deveria ser feito um estudo de viabilidade do novo município, que, segundo Lorenzetti (2003), também seria de responsabilidade da esfera federal.

Em comum a todas as legislações regulamentadoras da criação de novos municípios, apenas a consulta prévia à população interessada – por meio de plebiscito – chamada a opinar a respeito do processo: o pertencimento a um município já estabelecido ou a criação de um novo para chamar de seu. A viabilidade ou não da consulta dependia do grau de organização dos grupos políticos, sociais e econômicos interessados no processo. É por isso que se pode entender preliminarmente que a análise da formação dos novos municípios no Brasil ganha novo significado quando se parte de suas especificidades, suas disputas locais, a forma como os grupos políticos se articularam, as possibilidades concretas de conflitos que poderiam – e, algumas vezes, foram – ir além das disputas retóricas.

A partir dessas considerações, o objetivo deste artigo é analisar o processo de emancipação política do município de Rio Quente, Goiás, acontecido entre os anos de 1987 e 1988, levando em conta toda a movimentação que o antecedeu, os interesses em disputa e as diversas narrativas que se tornaram sinônimas da memória pública oficial no imaginário social e coletivo do município. As fontes utilizadas na pesquisa são de natureza jornalística, no caso, exemplares dos Jornais “O Popular” e “Clarim do Rio Quente”, que fizeram a cobertura da campanha emancipacionista, narrando as disputas, os avanços e retrocessos da luta pela autonomia política de Rio Quente frente ao município original Caldas Novas. Por meio das matérias jornalísticas fica-se sabendo das personagens, dos discursos e narrativas, essenciais para, a partir da ação do historiador, aproximar-se do fato histórico analisado.

O artigo foi organizado em três partes. A primeira analisa rapidamente a bibliografia sobre a origem de Rio Quente, como região de águas quentes e Patronato ligado ao município de Caldas Novas. A segunda parte se ocupa da movimentação e formação dos grupos de interesses econômicos e políticos que agiram ativamente para transformar um sentimento embrionário difuso de separação em um objetivo claro de

emancipação. A terceira parte analisa o próprio plebiscito e a forma como se deu os primeiros passos de Rio Quente como município, o arranjo administrativo inerente à recém-criada cidade.

Rio Quente/GO: A Gênese do Patronato

Rio Quente é um pequeno município situado na região sudeste do estado de Goiás e que surgiu a partir do desmembramento do município de Caldas Novas no ano de 1988. Juntos, os dois municípios compõem a chamada “Região das Águas Quentes”, sendo conhecida como o maior polo de águas termais do mundo. Com uma população estimada em 4.112 habitantes em 2017² e uma economia fortemente dependente do setor de serviços³, do qual a exploração do turismo das águas quentes é a principal, ainda hoje o município de Rio Quente é visto como um apêndice de Caldas Novas, apesar de sua emancipação política ter ocorrido há quase trinta anos.

A localização dos núcleos que atualmente formam as cidades de Rio Quente e Caldas Novas já era conhecida no final do século XVIII, a ponto de, na segunda década do século XIX August de Saint-Hilaire (1975) descrever a rota que o então presidente da província de Goiaz fazia desde a capital – cidade homônima da própria capitania – até o rancho de veraneio que tinha na região da serra de Caldas, chamada pelo cronista de Caldas Novas, em distinção das Caldas Velhas, conhecidas há mais tempo.⁴ Sobre a diferença entre Caldas Novas e Caldas Velhas, Bento Alves Curado (2016) faz a distinção por conta da localização e, também, em relação ao período em que uma e outra foram denominadas:

² Conforme informações do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Dados Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em 25 de nov. 2017.

³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, no ano de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Rio Quente apresentou a seguinte configuração: Serviços: 57,84%; Indústria: 12,83%; Agropecuária: 4,6%; Administração e Serviços Públicos: 13,7%; Impostos: 15,9%. Isso significa que, contando apenas o setor produtivo, 82% do PIB de 2013 foi derivado do setor de serviços. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=521878&search=goias|rio-quentel|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>. Acesso em 25 de nov. 2017.

⁴ Saint-Hilaire (1975) relata que o então governador da Capitania de Goiás, Capitão General Fernando Delgado Leite de Castilho, que sofria de paralisia leve e reumatismo, fazia tratamentos na região de Caldas Novas, tendo sido, por isso, tornados conhecidos os novos poços de água quente. Afirma o cronista: “As novas fontes de águas termais, denominadas Caldas Novas, ficam situadas num vale estreito, à beira de um riacho de água fria que desce da serra” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 113).

Conta a história que Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, ao procurar ouro na região, em 1722 encontrou um córrego de águas quentes e cristalinas, batizando-o de Caldas Velhas. Hoje se encontra no local a Pousada do Rio Quente. Martinho Coelho da Silva, em 1777, encontrando as águas quentes, batizou o local de Caldas Novas, em oposição a Caldas Velhas. (CURADO, 2016, p. 143)

Embora a narrativa do autor não apresente evidências de sua afirmação, a descoberta da região do atual município de Rio Quente é mais antiga que a da região urbana da cidade de Caldas Novas, a se levar em conta que Curado (2012) aponta a localização do empreendimento comercial da Pousada do Rio Quente, localizada no município de Rio Quente, como elemento geográfico de localização.

Carlos Albuquerque (1996) corrobora a informação de Curado (2016), servindo, provavelmente, de fonte de informação para este, já que foi publicado anteriormente. Segundo Albuquerque (1996), por volta de 1722 o filho de Anhanguera teria chegado na região sul/sudeste da Capitania de Goiás, encontrando as fontes de águas termais, chamando-as de Caldas Velhas, local onde se situa atualmente o Rio Quente Resort.

Mas há uma controvérsia que ainda não se esgotou em relação a quando teria acontecido a viagem de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, como demonstrou Roberta Vieira Ramos (2015). Ao comparar os escritos de diversos autores, a autora percebeu que, enquanto alguns, a exemplo de Albuquerque (1996), estabeleciam o ano de 1722 para a chegada do bandeirante, outros, como Aracy Berocan (2005) e Jacy Siqueira (2006) estabelecem que a data mais provável teria sido em torno de 1726. A data de 1726 encontra respaldo também nos escritos de Saint-Hilaire (1975), mesmo que o autor francês não tenha mencionado a denominação de Caldas Velhas, nem, muito menos, o local especificamente, ao falar das viagens do Anhanguera Filho, uma entre 1721 e 1722, na qual ele teria chegado a regiões muito ao norte de Goiás, onde hoje se situa o estado do Tocantins, e outra em 1726, tendo chegado próximo de onde foi construída a capital antiga do estado, ou seja, na região centro-sul do atual estado de Goiás. O local de destino de cada expedição – a primeira ao norte, a segunda na região centro-sul da então capitania –, bem como a forma de chegar – a primeira desde as Minas Gerais, entrando, provavelmente por Paracatu, e a segunda diretamente de São Paulo, atravessando a região sul-sudeste de Goiás – permitem a interpretação de que teria sido na segunda viagem que a região das águas quentes teria sido visitada pelo bandeirante.

O motivo que levava o então presidente da província à região das águas quentes, conforme descrito por Saint-Hilaire (1975), continua sendo o mesmo que leva, todos os anos, milhares de pessoas ao “balneário goiano”: usufruir das águas que fizeram fama do lugar, seja por motivos medicinais – o que foi uma constante até meados do século XX –

seja por lazer, como se popularizou o uso a partir de então. Foi a partir disso que o Patrimônio de Rio Quente e as atividades econômicas ligadas ao lazer se tornaram indissociáveis.

Mas antes disso, por mais de um século – que é o período temporal a separar as reflexões de Saint-Hilaire (1975) e a segunda década do século XX – o povoado de Águas Quentes permaneceu sendo uma região agropastoril, esporadicamente visitada por pessoas em busca de suas águas, já que a região mais recente, Caldas Novas, se tornara o foco de atração de visitantes em busca de suas propriedades curativas, medicinais e/ou de lazer.

Foi o surgimento de um complexo econômico de lazer, o grupo Rio Quente Resort – conhecido até hoje pelo nome original, Pousada do Rio Quente – que recolocou a região do antigo Patrimônio em evidência e contribuiu decisivamente para seu desmembramento de Caldas Novas e emancipação como município autônomo.

O cronista oficial do município de Rio Quente, Arnaldo Nogueira (2000), afirma que a retomada do interesse pelas nascentes da região se deu com a visita que o médico⁵ Ciro Palmerston Guimarães fez à região nas primeiras décadas do século XX. Oriundo de Minas Gerais, proprietário de terras no município de Marzagão – distante pouco mais de cinquenta quilômetros de Rio Quente –, Palmerston Guimarães fez uma oferta de troca de suas terras produtivas pelas terras de Antonio Venâncio de Lima, nas quais se situavam as nascentes das águas quentes. Segundo Nogueira (2000, p. 11) a oferta foi motivo de polêmica porque as águas:

[...] não serviam nem para dar de beber aos animais. Porém, destas águas não se serviriam os animais, porque o ideal do Dr. Ciro, era construir neste paradisíaco lugar um balneário. Infelizmente, antes que isto pudesse acontecer, a morte não lhe concedeu o alvorecer de nem mais um dia de vida.

A troca foi feita, mas Palmerston não conseguiu construir seu balneário. Após sua morte seus filhos deram seguimento ao projeto do pai construindo, em 1969, o primeiro edifício com vinte quartos de madeira e emitiram a venda de 200 títulos de propriedade compartilhada. A partir de 1972 a propriedade foi chamada de Hotel Pousada e no ano de 1976 foi inaugurado o segundo edifício, chamado de Hotel Turismo. A partir de 1979, já de posse de outros proprietários, o complexo passou a ser chamado de Cia Thermas do Rio Quente.

⁵ Autores como Ana Cristina Elias (1994), Toledo e Oliveira (2013) defendem que Ciro Palmerston era, na realidade, farmacêutico, atuando, quando muito, como médico prático.

Discursos e Narrativas: a luta pela emancipação nas páginas dos jornais

Para que se possa compreender os interesses econômicos do grupo Rio Quente Resorts na gênese do município de Rio Quente, bem como as demais personagens envolvidas no processo de emancipação, a escolha metodológica da pesquisa que deu origem a este trabalho foi a análise de periódicos que fizeram a cobertura do processo de emancipação, desde a campanha inicial até a organização político-administrativa do município após a vitória da tese de emancipação no plebiscito realizado.

Mas antes da leitura dos periódicos em si é importante destacar que o uso das fontes jornalísticas requer alguns cuidados. Em primeiro lugar, o cuidado de se entender que as narrativas e discursos jornalísticos têm de ser tomados como representações que buscam, mais do que narrar a realidade, compor uma narrativa em que a visão de mundo dos narradores se torne, ela própria, em fato e interpretação de si mesma, realizando uma seleção da realidade que apresente uma unicidade e coerência que, ao final, se torne a única leitura possível do real. Através da narrativa jornalística, os que têm acesso e podem imprimir suas visões de mundo contribuem para legitimar uma dada imagem, tornada consensual na ausência do contraditório.

Com isso, um fragmento, um recorte da realidade, auto interpretado e tornado, ele próprio, a representação de todos os pontos de vista diferentes – incorporados ou, simplesmente, descartados – permite o surgimento de determinadas representações que projetam um imaginário social próprio. A partir disso, como ensinou Baczko (1985, p. 309) “Através de seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns [...]”.

Desse modo, a composição de representações que apontem para a consolidação de um imaginário social hegemônico, descarta os elementos que possam alterar o quadro final, fixando a ideia de uma identidade coletiva e consensual. É assim que Habermas (1989) aponta que um conjunto de normas e valores passa a se tornar a medida regulamentadora de convivência de uma comunidade, a permitir que se construa – e se fortaleça – uma narrativa que substitui o autoconhecimento, pois:

O modo como alguém compreende a si mesmo não depende apenas de como ele se descreve, mas também dos modelos pelos quais se empenha. A identidade própria determina-se ao mesmo tempo segundo o modo como alguém se vê e como se gostaria de ver — isto é, tal como alguém se encontra e por que ideais projeta-se a si e a sua vida (HABERMAS, 1989, p. 08)

Por conta disso, as narrativas jornalísticas devem ser encaradas como qualquer outro tipo de fonte, analisadas e incorporadas a partir da noção de que constituem representações a influenciar e compor imaginários que mostram a busca dos sujeitos por sua própria identidade, tornando o passado dinâmico e o futuro em constante reformulação, reais construtores de significados para sua identidade e para a própria historicidade.

A segunda questão ao se lidar com a análise de periódicos diz respeito às escolhas dos próprios veículos de comunicação a respeito dos temas a serem narrados e a forma como o processo editorial organiza a narrativa. As escolhas dos temas, das personagens que receberão a atenção do periódico e a forma de narrar, portanto, aponta para as visões de mundo, a ideologia das empresas de comunicação. Júlio Cesar Meira (2009, p. 21) alerta sobre o uso das fontes jornalísticas como fonte histórica:

A utilização de fontes jornalísticas deve ser feita sempre com muito cuidado, uma vez que um periódico ou outro veículo de comunicação não se limita à tarefa de informar sobre determinado assunto ou notícia. De uma forma ou de outra, esses veículos fazem a leitura da realidade a partir da visão de um grupo ou grupos sociais, que derivará em uma análise comprometida com a visão de mundo peculiar e inerente aos seus interesses. Em outras palavras, um periódico não é isento ou apolítico, mas um instrumento a serviço de uma dada ideologia. Mesmo que a análise e apresentação dos fatos se revista de uma aura de isenção, como costuma acontecer, numa clara tentativa de invocar uma pretensa neutralidade, a própria escolha das notícias e o tratamento dado a elas numa escala de importância particular revela a linha política e ideológica que norteia a atividade jornalística.

As considerações do autor levam em conta os ensinamentos de Beatriz Sarlo (2003) a respeito da discricionariedade das escolhas da mídia, que ao fazer suas escolhas editoriais extrapolam a ideia de ser mais uma fonte formadora de opinião. Por isso, “em sociedades midiaticizadas, a esfera da comunicação processa os dados da experiência, reforça-os ou os debilita, operando com ou contra eles [...]. Formam uma esfera pública global e uma esfera do conhecimento” (SARLO, 2003, p. 60).

Levando em conta essas orientações metodológicas, foram escolhidas edições de dois periódicos que veicularam entrevistas e matérias a respeito do tema. Um deles, de circulação diária e abrangência estadual, o jornal *O Popular*; o outro, de circulação quinzenal e tiragem menor e local, o jornal *Clarim de Rio Quente*. Ambos correspondentes aos meses de maio e junho do ano de 1988, durante e logo após o plebiscito a respeito do desmembramento e emancipação.

A primeira análise é a de uma entrevista realizada pelo jornal *O Popular*, na edição de 05/06/1988 – poucos dias, portanto, após o processo de emancipação ter terminado⁶ – com Francisco Hyczy da Costa (“Chicão”), sócio majoritário da então Cia Thermas de Rio Quente e que elucida a dimensão da relação entre a atividade empresarial, privada, e a fundação do município. Claramente o empresário alude à formação do novo município como um projeto extensivo à sua atuação empresarial, como a própria chamada da matéria jornalística explica: “Hoje, além da pousada, onde, com a criação do município de Rio Quente, pretende planejar e construir uma cidade que será o principal centro mundial águas quentes [...]”. Essa afirmação do jornal em sua chamada jornalística encontra eco nas afirmações do próprio empresário, que, num sentido de posse, já define o que quer com a criação do novo município:

A criação do município é importante na medida em que dá aos investimentos uma total segurança. O planejamento de uma cidade turística elimina qualquer possibilidade, por exemplo, de alguém passar pelo constrangimento de ver ao lado de seu empreendimento uma atividade completamente diversa, como uma pocilga. Percebemos que o polo turístico transitaria forçosamente por uma autonomia política regional em cima do rio quente (O POPULAR, 05/06/1988).

Como se vê, a ideia de emancipação, pelo menos em relação ao que a entrevista permite interpretar, se relaciona ao que o empresário entende ser o ambiente de negócios fundamental para a expansão de suas próprias atividades econômicas, não apenas circunscrevendo os tipos de atividades, mas, principalmente, influenciando na constituição das leis normatizadoras e regulamentadoras, que resultasse em um modelo de cidade que fosse adequado para sua própria atividade econômica. Um pouco mais adiante, na entrevista, o empresário afirma que investidores, como ele próprio e outros, querem um ambiente de negócios com “[...] condições mínimas de segurança, as quais só serão plenamente alcançadas com a autonomia agora obtida para Rio Quente, que virou município e será agora planejado para o turismo”.

O peso da mão empresarial privada na constituição de uma nova unidade administrativa se torna claro a partir da afirmação do Francisco Hyczy da Costa, o “Chicão”. Não apenas Rio Quente deveria ser desmembrado de Caldas Novas, dando origem a outro município, mas o mesmo, a partir daí, deveria ser constituído a partir dos

⁶ O plebiscito que consultava a população sobre o desmembramento e emancipação do território que daria origem à criação do município de Rio Quente ocorreu em 11/05/1988. Mas não foi um processo tranquilo, com muitas idas e vindas, com a intervenção da justiça comum, o TRE e até o TSE. Outras datas haviam sido marcadas e suspensas, até que, finalmente ocorreu, no dia 11/05/1988. Da mesma forma, após o plebiscito, a criação da estrutura político-administrativa, a começar pelas eleições, também demoraram um pouco.

interesses do seu maior empregador e gerador de impostos. Dessa forma, a ideia de um planejamento urbano que não apenas privilegiasse seu ramo de atividades, mas, principalmente, excluísse ou delimitasse qualquer outra atividade econômica, se torna naturalizada no discurso do empresário, que ainda pontifica a respeito da outra atividade econômica do lugar, a agropecuária: “O município vai continuar com sua cultura agropecuária, mas ela, dentro de um ordenamento, convergirá para o suprimento de um mercado a ser criado pelos próprios turistas”.

Não é objeto deste trabalho verificar se as opiniões e afirmações do empresário Chicão se confirmaram, seja em relação à forma como o novo município se estabeleceu – ou seja, se como apêndice da atividade empresarial ou não –, seja em relação aos desdobramentos que suas afirmações e ações tiveram em relação às demais atividades econômicas do município. O que se quer estabelecer aqui a partir da fala do entrevistado – e que chama a atenção na entrevista – é, em primeiro lugar, a atuação empresarial influenciando os rumos políticos de uma ação de formação de um novo município, com a clara intenção de beneficiar-se privativamente; em segundo lugar, ao estabelecer seus interesses como prioritários para a constituição dos projetos futuros do novo governo municipal, o empresário o faz como se os interesses de todos – o bem comum – fossem uma extensão de seus interesses e vontades.

Dessa forma, ao buscar definir os rumos do novo município, então em fase de implantação, o empresário não faz a menor alusão aos demais cidadãos, seus anseios como habitantes da nova cidade, seus modos de vida, já profundamente alterados pela proximidade do gigante de lazer, sua absoluta dependência dos planos e projetos de uma entidade empresarial que visa, sobretudo, o lucro – por ser privada – e não o bem comum – por não ser ente público.

A relação indistinta entre público e privado, conforme apontada, difícil de separar e internalizar, está na raiz da formação de nossa sociedade urbana industrial tardia, em que os interesses de uns são evocados como representativos dos interesses da maioria e em que as ações do Estado são pensadas para atender alguns poucos, em nome da crença de que tais ações reverberem para o restante da sociedade com resultados positivos.

Uma sociedade em transição do rural para o urbano, em “movimento”, nas palavras de Mello e Novais (*apud* NOVAIS & SCHWARCZ, 1998, p. 574), que estabelecia novos hábitos de consumo e de aspirações, mas que se fundamentava no velho patrimonialismo, ou seja, na ocupação e posse dos setores do Estado por uns poucos privilegiados (FAORO, 1975), que compõe o **Estamento Burocrático** do Estado, do qual se apossam política e economicamente.

Essa fluidez conceitual entre o público e o privado permitiu, inclusive, que o empresário entrevistado pudesse emitir opinião a respeito de temas de interesse geral, como a questão dos impactos ambientais que sua atividade econômica e outras atividades que fossem resultantes dela tivessem na fauna e flora da região, sempre a partir dos seus interesses e colocando-os como interesses hegemônicos já consolidados.

Um exemplo disso é que, na entrevista, ao falar a respeito da intenção de se construir um aeroporto para aeronaves de grande porte no novo município, afirmar que não via problemas em que o aeroporto fosse construído em cima da serra, pois, em sua visão, um lugar “que pega fogo três vezes por ano e não tem animais silvestres” seria mais adequado do que em outro lugar, demonstrando óbvio desconhecimento da dinâmica de recuperação e do equilíbrio do Cerrado.

A fala do empresário da Cia Thermas do Rio Quente é a de alguém empoderado com o processo de emancipação de Rio Quente, que não apenas atuou formal e ostensivamente para a campanha emancipatória como já expunha os próximos passos para a formação e consolidação do município. A relação entre os projetos da empresa e a emancipação está claramente apontada na entrevista, quando elucida o protagonismo da empresa:

Constituímos já uma equipe inicial durante a fase de emancipação de Rio Quente. Alinhavamos as ideias básicas que serviram também de elementos de persuasão para a campanha emancipacionista. Fizemos uma boa ilustração para as diretrizes para a região. Agora, concretizada a fase jurídico-institucional, vamos procurar o melhor nível de consultores brasileiros. Já temos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Jaime Lerner e daqui de Goiás Antônio Fábio Ribeiro, além de Burle Marx. Dentro de quatro a cinco meses estaremos com todo o planejamento definido (O POPULAR, 05/06/1988).

Aqui vemos o planejamento de um município nos mesmos moldes do de uma empresa. É isso que transparece da leitura da entrevista, bem como as técnicas de marketing e convencimento empregadas em uma causa aparentemente pública, mas que contém elementos de interesses pessoais bem evidentes. Essa é uma das marcas a assinalar o surgimento do município de Rio Quente, fazendo com que uma das forças da sociedade civil organizada se colocasse no lugar de todas as outras, ou pelo menos assim parecesse, de acordo com a entrevista analisada.

A segunda matéria jornalística analisada foi publicada no jornal local *Clarim de Rio Quente* no dia 20/05/1988, com o então presidente do Comitê Pró-Emancipação de Rio Quente, o advogado Zanderlan Campos. Ocorrida poucas horas após o final do plebiscito, que se sabia ter terminado com a vitória do “sim”, mesmo que ainda não soubesse a extensão da vitória, que chegou a 92% dos votos.

A entrevista com o líder da campanha pela emancipação é reveladora por vários motivos, a começar porque confirmava, praticamente, todo o discurso do empresário da Cia Thermas do Rio Quente, tanto em relação aos interesses da empresa na formação do novo município, quanto na forma como se desenhou a campanha – organizada e instrumentalizada pela equipe do empreendimento empresarial, definindo de antemão o desenho do modelo de negócios que se esperava que fosse oficialmente implantado no novo ente federativo.

Prova disso é que a chamada de capa do jornal, que anunciava a entrevista, já destacava palavras de ordem que traduziam ideias-força, evidenciando a noção de que, com a emancipação, surgiria um município estabelecido com “cidade-modelo turística” a partir dos resultados de uma comissão que elaboraria o anteprojeto da Cidade Turística (figura 1).



Figura 1: Chamada de capa do jornal O Clarim de Rio Quente (20/05/1988).

Fonte: Arquivo do autor (2016).

O início da entrevista apresenta um retrato épico de um líder à espera dos resultados de seus esforçados cidadãos em moldar, não apenas um novo município, mas uma nova realidade histórica:

Sentado em uma cadeira, no hall de entrada da escola da Esplanada, Zanderlan Campos da Silva, 47, advogado goiano natural de Rio Verde, modificou sua

fisionomia, normalmente serena. Naquela hora (pouco mais de 17 horas) acabava o plebiscito e iria começar a apuração dos votos, exatamente naquela escola. Embora estivesse certo da vitória do “sim”, Zanderlan não escondia sua ansiedade em conhecer a resposta – sempre misteriosa – das urnas (CLARIM DE RIO QUENTE, 20/05/1988).

No transcorrer da entrevista, no entanto, é possível perceber os interesses já apontados anteriormente se sobressaindo a qualquer ideia de interesse público, ou, quando muito, estabelecendo, novamente, que os interesses públicos são sinônimos dos interesses privados dos grupos econômicos, como o caso da Cia Thermas do Rio Quente. O início da entrevista com o advogado Zanderlan é eloquente em relação à aparente confusão entre o público e o privado:

A ideia surgiu no ano passado. Aliás, a primeira investida nossa para iniciar o processo de emancipação foi em 1985, quando se anunciou a possibilidade de realização do plebiscito. [...] Aí fizemos uma cartilha para explicar os motivos, as vantagens, os benefícios e acima de tudo, demonstrar ao povo de Caldas Novas que esta medida não teria nada em prejuízo da cidade de Caldas Novas, porque o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que é o recurso que ela tem hoje a nível federal, é repassado anualmente para cada município como um todo. [...] Contamos, inclusive, com o apoio dos empresários dessa região, onde se destacou o empresário, que é da Cia Thermas do Rio Quente, que é uma holding que tem um interesse localizado na região, pensando exatamente na sua expansão, através do aproveitamento de uma mão-de-obra mais localizada. [...] A ideia de emancipação, de um modo geral em Goiás, nos estimulou a fazermos uma cidade aqui, principalmente pensando no aproveitamento deste desenvolvimento do polo turístico, como também na conservação do aspecto ecológico e ambiental, que corre um risco muito grande a nível de Caldas Novas e, agora, riscos muito maiores, no manancial das Thermas do Rio Quente (CLARIM DE RIO QUENTE, 20/05/1988).

Polo turístico, aspectos ambientais, todas expressões presentes na entrevista anterior do empresário Chicão. Da mesma forma, a “cartilha” educativa, que Zanderlan afirma genericamente que “fizemos”, nas palavras de Chicão foi elaborada por sua própria equipe de marketing⁷. A necessidade da cartilha, destinada a despertar o interesse dos moradores para o tema da emancipação, o que ainda não acontecia a essa altura, como se verá a seguir.

Arnaldo Nogueira (2000) produziu o relato oficial sobre a emancipação do município de Rio Quente, e muitas de suas afirmações são elucidativas da participação e dos interesses envolvidos. Inicialmente o relato do cronista oficial destaca o papel de Zanderlan como o pioneiro da ideia de emancipação, contribuindo para a construção do mito de origem (BLOCH, 2001) do município como de iniciativa visionária de um homem público. Por essa narrativa, imbuído da visão da importância da criação do novo

⁷ Como mostra outro fragmento da entrevista: “Constituímos já uma equipe inicial durante a fase de emancipação de Rio Quente. Alinhavamos as ideias básicas que serviram também de elementos de persuasão para a campanha emancipacionista. Fizemos uma boa ilustração para as diretrizes para a região” (CLARIM DE RIO QUENTE, 20/05/1988).

município, o advogado Zanderlan, que, desde sempre, fora “motivado pelo alto espírito idealista [...]” (NOGUEIRA, 2000, p. 97) buscou o apoio dos empresários e foi dessa forma que:

Incontinenti, Francisco Hyczy da Costa absorveu a ideia, passando a encampar a luta pela emancipação, determinando ao setor de organização e métodos da Pousada, Gilenir do Rosário Silva juntamente com sua equipe para as providências iniciais. Na sequência, Renato Luz, da gerência de recursos humanos promoveu a contratação das pesquisadoras Ada Maria Coelho e Aparecida Vitor de Souza Lourenço que passaram a percorrer os povoados do Grupinho, Junquerlândia, Esplanada, Vila dos Casados e Patrimônio das Águas Quentes, levando o resultado alentador ao conhecimento dos Drs. Zanderlan Campos da Silva e Francisco Hyczy da Costa (NOGUEIRA, 2000, p. 97).

Um detalhe da narrativa de Nogueira é esclarecedor da relação do presidente do comitê pró-emancipação e o empresário: afirma ele que o advogado Zanderlan “[...] procurou o empresário Francisco Hyczy da Costa, diretor da Companhia Thermas do Rio Quente (Pousada) e para quem já há anos advogava [...]” (NOGUEIRA, 2000, p. 97). Dessa forma, não apenas a equipe de marketing da empresa de lazer esteve envolvida na construção da propaganda da campanha pró-emancipação, mas o próprio líder da empreitada, tido como o visionário articulador, tinha relações profissionais com a empresa, o que deixa ainda mais evidente as intenções por detrás de todo o processo.

Além de apontar as relações descritas acima, o relato oficial de Nogueira (2000) contribui, mesmo que inadvertidamente, para acentuar a ausência inicial – anterior à pré-cartilha educativa – de apoio popular à medida, o que vai ao encontro da compreensão de que o povo esteve alheio durante quase todo o processo.

Após descrever a forma como a equipe composta pelo empresário da Cia Thermas de Rio Quente em montar a estrutura de marketing da campanha pró-emancipação, o cronista oficial descreve o contato com o povo, que se deu de uma forma não esperada pelos entusiastas da ideia: “O primeiro contato com o povo aconteceu no salão paroquial da Igreja São Sebastião. O pequeno público que ali compareceu, a princípio, não correspondeu às expectativas do Comitê Pró-Emancipação, que marcou nova reunião” (NOGUEIRA, 2000, p. 98).

Chamado a ser convencido e legitimar a iniciativa, o povo “não correspondeu às expectativas”. Essa afirmação dá a medida da forma como a questão foi construída, e aponta para um problema que se coloca na própria origem do processo, o qual deveria ser a base de tudo, pelo menos de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 18 da primeira edição da Constituição de 1988, já descrito anteriormente nesta seção, e que estabelecia que deveria haver uma “unidade histórico-cultural do ambiente urbano”, ou seja, um sentimento de identidade, de pertencimento da população abrangida.

O fracasso da primeira reunião fez com que o grupo convocasse outra reunião, a qual também foi descrita por Nogueira (2000, p. 98):

Segundo contato a céu aberto, numa área de camping (hoje Camping Rio Quente), os líderes do movimento reuniu-se (sic) com o povo para esclarecimentos sobre o processo de emancipação. Presentes a esse encontro, os senhores Francisco Hyczy da Costa, Júlio Hyczy da Costa, Jonas Hyczy da Costa, Marcelo Hyczy da Costa, Zanderlan Campos da Silva, Walter Rodrigues Moreira, Renato Leão Arantes, Roberto Machado, Osmar Vieira de Oliveira, Nilson Neves Nunes, Adeir Joaquim Lourenço, José Eduardo de Godoy, José Vergínio Moreira, Lázaro Martins Filipe, Natal de Jesus Godoy, Moarim Carlos Rodrigues, Agostinho Antonio Barbosa, Jackson de Araújo Reis, José Lázaro Rabelo, Ângelo Serafim Batista, Sóstenes Carvalho Lima, Vicente de Paulo Nunes da Silva, contando com uma expressiva participação pública, foram distribuídas camisetas alusivas ao movimento.

Além do fato revelador de que, para além do próprio convencimento, antes era necessário “contar” à população afetada a respeito da ideia da emancipação, chama a atenção a quantidade de pessoas presentes nessa segunda reunião que não apenas era parte do quadro de funcionários da empresa de lazer, mas parte da própria família do administrador do empreendimento. E o cronista termina o relato observando que “com o resultado satisfatório deste encontro, outra reunião aconteceu, desta feita, no saguão do Hotel Turismo entre as lideranças do grupo” (NOGUEIRA, 2000, p. 98).

Aos encontros e reuniões seguiram-se os demais componentes da construção do convencimento, com a mobilização maciça dos meios de comunicação – campanha midiática da qual as duas entrevistas analisadas são fragmentos importantes – outdoors e painéis que culminaram com o aludido percentual de 92% de votos “sim” dentre os votos válidos num universo de potencial de 469 eleitores⁸ no dia 11 de maio de 1988.

Se a campanha pelo apoio popular foi relativamente longa, a própria disputa político-jurídica se arrastou ainda mais, com avanços e recuos ao longo de mais de três anos, tendo como oponentes, de um lado, os partidários da campanha emancipacionista, e de outro, os representantes da classe dirigente do município de Caldas Novas.

A documentação disponível a respeito do processo de emancipação dá conta que o plebiscito ocorrido em 1º de maio de 1988 foi, na verdade, o resultado final de um processo de disputa político-jurídica liderada pelos emancipacionistas e que envolveu a justiça comum, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, a Câmara e a Prefeitura de Caldas Novas.

⁸ De acordo com o quadro final do plebiscito, 469 eleitores estavam aptos a votar; desses, 415 compareceram às urnas. 382 votaram “sim”; 26 votaram “não”; 03 votaram “nulo”; e 05 votaram em branco. Fonte: Jornal O Clarim de Rio Quente, Ano I, nº 02 – de 05 a 20 de maio de 1988, página 05: “O resultado por secções”.

Nasce um novo município

Arnaldo Nogueira (2000), ao escrever a crônica oficial da emancipação do município de Rio Quente, contribui para lançar luzes sobre as disputas e interesses em jogo transcrevendo as falas de algumas personagens do campo político, social e econômico, evidenciando as razões e estratégias de convencimento, bem como o papel do povo em tudo isso. Entre essas personagens e falas, podem ser elencadas:

O deputado Athos Magno, com representação em Caldas Novas, não concordava com a emancipação política de Rio Quente. Ele considerava uma “caricatura” os absurdos aprovados pela Assembleia. E disse: “Este projeto prevê a elevação de um conjunto hoteleiro à condição de Município”. [...] Luis Augusto Rodrigues, presidente do diretório do PDS, disse: “Não adianta ser contra porque ela vai sair mesmo, já que atende a interesses de grupos multinacionais. A emancipação é vantajosa para eles que vão receber ajuda do Governo para aplicar nos Clubes. Se estivesse no lugar deles, também faria isso”. [...] O padre João Bosco Pereira, vigário da igreja de Caldas Novas disse: “A emancipação não é interesse do povo e sim de um grupo econômico”. [...] O prefeito de Caldas Novas, Vinícius Veríssimo da Silva, segundo ele, com a emancipação de Rio Quente, a prefeitura perde 10% de toda a sua arrecadação com ISSQN, uma boa parte do ICM que gera a agricultura do município, e no turismo a maior receita imediata de Caldas Novas. A cidade perde também cerca de 400 dos 2000 leitos que tem para oferecer aos turistas e um dos polos turísticos que é Rio Quente, e desabafou: “O que estava ao meu alcance eu já fiz, que foi tentar impedir na justiça a realização do plebiscito. A decisão fica a critério daquela população”. Vinícius acreditava que o “Sim” seria vitorioso no plebiscito de domingo, conforme data, e achava que se a consulta fosse feita dia 15 de novembro, o “Não” venceria. E enfatizou: “Nestes quatro meses de campanha, o povo se acostumou com a ideia de emancipação” (NOGUEIRA, 2000, p. 100-103).

O palpite do então prefeito de Caldas Novas sobre a possibilidade da vitória do “não” se o plebiscito tivesse sido realizado em 15 de novembro de 1987 encontra sua razão de ser no fato de – como analisado mais acima – o povo não ter “comprado” a ideia da emancipação, a não ser depois de uma campanha de marketing relativamente longa e conduzida por profissionais do ramo, ligados à Cia Thermas do Rio Quente. Ao mesmo tempo, resume o que os demais apontaram, que era o interesse que a empresa de lazer tinha no processo de emancipação, também visto na primeira seção.

A data inicial do plebiscito foi marcada para o dia 15 de novembro de 1987, como mostram os dois painéis reproduzidos abaixo (figuras 2 e 3), o primeiro do comitê pró-emancipação e o segundo do grupo contrário à emancipação, que, segundo o prefeito de Caldas Nova à época, Vinícius Veríssimo – como demonstra a fala reproduzida acima – era em número maior do que os apoiadores da ideia de emancipação.



Figura 2: Paineis do movimento pró-emancipação do município de Rio Quente, divulgando o plebiscito marcado para 15 de novembro de 1987. **Fonte:** NOGUEIRA, 2000, p. 99.



Figura 3: Paineis dos opositores à emancipação do município de Rio Quente, por ocasião do plebiscito marcado para 15 de novembro de 1987. **Fonte:** NOGUEIRA, 2000, p. 102.

Uma liminar, impetrada em mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça de Goiás suspendeu o plebiscito de 15 de novembro de 1987. Na disputa que se seguiu, os líderes do comitê pró-emancipação conseguiram reverter a situação e, novamente, o plebiscito foi marcado, dessa vez para o dia 10 de abril de 1988. O jornal *O Popular* noticiou a nova data do plebiscito no dia 25 de março de 1988:

O Tribunal Regional Eleitoral aprovou ontem resolução fixando o dia 10 de abril para realizações do plebiscito nos distritos de Guarinos (Pilar de Goiás), Rio Quente (Caldas Novas) e Santo Antônio de Goiás (Goianira), para consultar

a população sobre a emancipação política. Deixou de fora da consulta outras 18 localidades (O POPULAR, 25/03/1988).

Em 03 de abril de 1988 novamente o jornal *O Popular* informa a respeito do plebiscito marcado para o dia 10 de abril daquele ano, em uma pequena nota. No dia 07 de abril, uma matéria mais completa abordava o plebiscito com mais informações, como transcrito abaixo:

Depois de muita polêmica, do desfecho do processo que sofreu até incursões na Justiça, o futuro de um dos polos turísticos de água quente mais importantes do mundo será decidido no próximo domingo, dia 10, por quem, acima de questionamentos, tem legitimidade para isso. Nessa data, a partir das 8 horas, o eleitorado de Água Quente votará “sim” ou “não” no plebiscito organizado pelo Tribunal Eleitoral, a requerimento da Assembleia Legislativa, sobre a emancipação daquele distrito do município de Caldas Novas. Estão habilitados a votar 469 eleitores, que definirão o processo, cujo início, ano passado, não resultou em plebiscito no dia 15 de novembro – quando a população de outros 46 distritos foram às urnas, porque o vereador Orides Pedro Pereira, presidente na Câmara de Caldas Novas, ganhou liminar em mandado de segurança contra a realização da consulta, por não concordar com a destinação de 612 quilômetros quadrados do território de Caldas para novo município que se pretende criar. O projeto voltou à prancheta, teve área reduzida para 280 quilômetros quadrados e o mandado de segurança foi retirado da Justiça. O prefeito Vinícius Veríssimo, que contabiliza prejuízos na arrecadação de tributos em decorrência da emancipação, questionou juridicamente a divisão territorial de Caldas Novas mas não obteve sucesso e o plebiscito finalmente será realizado. Apesar do pequeno número de votantes, o clima, de expectativas, faz lembrar uma grande eleição (O POPULAR, 07/04/1988).

E seguiu a campanha pró e contra a emancipação, dessa vez com as baterias voltadas para o próximo dia marcado, 10 de abril de 1988. E novamente foi frustrada a tentativa de realizar a votação do plebiscito na data aprazada. O prefeito de Caldas Novas, Vinícius Veríssimo, que já tivera mandado de segurança rejeitado junto ao Tribunal de Justiça de Goiás no final do mês de março anterior, conseguiu, no dia 07 de abril de 1988, uma liminar junto ao TSE suspendendo o plebiscito. Mesmo derrubada a liminar pelo plenário do TSE, quase que não se conseguia realizá-lo, pois a legislação determinava que, por conta das eleições municipais, não se poderia criar novos municípios após o dia 15 de maio de 1988, o que deixaria o plebiscito sem razão de ser, uma vez que, mesmo aprovado pela população, corria o risco de não se ter o tempo de a Assembleia Legislativa votar o decreto de criação, impossibilitando a organização do município.

Com a mudança de entendimento do Congresso Nacional, que estabeleceu a data de 15 de agosto como limite para a criação de municípios antes das eleições de 15 de novembro, finalmente o TRE marcou a nova data para o dia 1º de maio de 1988. Como visto acima nesta seção e na primeira parte do trabalho, o “sim” saiu vitorioso com 92% dos votos válidos.

Independente do fato de vários elementos constantes no processo que desrespeitavam as normas da Lei Complementar 01/1967 – que regulamentava o processo de emancipação e criação de novos municípios – o fato é que, apenas 11 dias depois do plebiscito ter sido realizado o projeto de lei de autoria do deputado estadual Solon Amaral foi aprovado, sendo sancionado pelo governador Henrique Santillo e publicado no Diário Oficial do estado de Goiás como Lei 10.506/1988. Apesar da celeridade nos processos de constituição do novo município, apenas no ano seguinte, em 16 de abril de 1989 puderam ser realizadas as eleições que instituíram os membros da primeira administração de Rio Quente.

Arnaldo Nogueira (2000) fez uma compilação da cobertura das eleições realizada pelo jornal *O Popular* e mostrou que a maioria dos moradores do novo município pendia para os candidatos do grupo pró-emancipação, como demonstrava a fala do nomeado “mais antigo morador do recém-nomeado município de Rio Quente, Francisco “Bitá” Borges”:

Aqui não precisava nem fazer eleição. O candidato do PMDB já está eleito [...] Esse PT, coitado, não tem dinheiro pra nada, o que a gente faz hoje em dia sem dinheiro? Todo mundo sabe que o PT não tem condições de construir uma nova cidade, por isso não vai ganhar, garantiu (O POPULAR *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 138).

A afirmação de “Bitá” se referia à disputa estabelecida entre as duas coligações, a primeira, composta pelo PMDB/PL, e a segunda, liderada pelo PT, por meio das quais os candidatos Roberto Machado e Gedeon Vicente de Souza, respectivamente, concorriam ao cargo de primeiro prefeito de Rio Quente, o que dava uma conotação de disputa desigual, haja vista que o candidato Roberto Machado, membro ativo do comitê pró-emancipação e funcionário da Cia Thermas do Rio Quente – como quase todos os demais da coligação –, era, claro, apoiado política e financeiramente pela empresa de lazer. Mesmo com evidente vantagem do candidato do PMDB, o discurso do outro candidato era de relativizar a relação entre a origem e os apoios do candidato ‘situacionista’ apontando uma hipotética consciência política amadurecida dos eleitores:

O candidato a prefeito pelo PT, Gedeon Vicente de Souza, reconheceu que o trabalho do PMDB em prol da emancipação foi decisivo, mas afirmou que não vai influenciar o eleitorado. “O eleitor é consciente e sabe o que quer. Ele votou pela emancipação pensando no desenvolvimento do município e agora pode votar no PT por acreditar numa proposta popular de administração”. Dizendo não temer o poder econômico do PMDB, que conta com apoio financeiro da Companhia Thermas do Rio Quente, Gedeon disse que vai bater de porta em porta para conquistar o voto dos 1 mil 505 eleitores (O POPULAR *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 138).

Apesar do discurso relativizador, a fala do candidato Gedeon demonstra a noção exata do significado de disputar a eleição contra um grupo apoiado e financiado pela Cia Thermas do Rio Quente; não se tratava de disputar as eleições com Roberto Machado e seu candidato a vice Walter Rodrigues, mas sim com Francisco Hyczy, o dono do complexo, idealizador, financiador e patrão da maioria dos membros do movimento emancipacionista, incluindo o candidato a prefeito Roberto Machado.

O candidato do PMDB/Cia Thermas do Rio Quente, Roberto Machado, na mesma reportagem, minimizava sua vantagem em relação ao candidato adversário, a quem afirmava “respeitar”. No entanto, a certeza da vitória era tanta que a jornalista autora da matéria afirmava que:

[...] o seu comitê de campanha, antes comitê pró-emancipação, já tem tudo pronto para a instalação dos poderes Legislativo e Executivo do novo município. Assim que passar as eleições, por exemplo, deverá ser construído o que eles chamam de Catetinho, um prédio de 260 metros quadrados, em alvenaria e madeira, que sediará a Prefeitura e Câmara de Vereadores (O POPULAR *apud* NOGUEIRA, 2000, p. 138).

Outro fator que chama a atenção e que está presente na matéria jornalística é o crescimento do número de eleitores em aproximadamente um ano. No plebiscito estavam registrados como aptos para o voto 469 eleitores; nas eleições de abril de 1989, conforme a narrativa do candidato Gedeon, esse número saltou para 1.505 eleitores, mais de 200% de crescimento. Uma das possibilidades a explicar esse crescimento exponencial foi a obrigatoriedade dos funcionários da Cia Thermas terem seus títulos transferidos para que pudessem auxiliar nos anseios políticos da empresa através do voto.

Finalmente, em 16 de abril de 1989, Rio Quente vivenciou a sua primeira eleição. Os eleitores escolheram seu prefeito, vice-prefeitos e vereadores. A lei de criação do município determinava 07 vereadores (Lei nº 10.506/1988, Art. 3º), mas foram eleitos e empossados 09 vereadores, em decorrência da atualização do número de habitantes e eleitores.

A mesa apuradora teve os primeiros votos para o candidato a prefeito Roberto Machado e a candidata a vereadora, Neuza Garcia Gomes. Os seguintes foram nulos e em branco. No final da apuração ficou Osmar Vieira com 85 votos, Edson Porto com 76, José Eduardo com 76, João do Silvío com 73, Adeir Joaquim Lourenço com 61, Nilson Neves Nunes com 58, Neuza Garcia Gomes com 58, Agostinho Barbosa com 57, Natal de Jesus Godoy com 51. O candidato a prefeito Roberto Machado, obteve 935 votos, contra 120 do outro candidato Gedeon Vicente (NOGUEIRA, 2000, p. 141).

O registro do cronista oficial narra a declaração feita por Zanderlan Campos, agora presidente do diretório do PMDB local, e a partir da legitimidade conferida por ter sido o líder formal da campanha emancipacionista: “Nossa profissão de fé, agora, é ajudar aqueles

que vierem a comandar o município, para que eles possam cumprir todas as propostas ecológicas do meio ambiente e turismo, planejada para região” (NOGUEIRA, 2000, p. 141).

A fala de Zanderlan pode ser interpretada como a vocalização da cobrança dos compromissos estabelecidos entre o patrocinador – da campanha emancipacionista, da campanha política a prefeito – e as novas autoridades eleitas. Essa fala pode ser entendida como o desfecho de um processo começado lá atrás, explicitado em outra matéria jornalística do jornal *O Popular*, também citada por Nogueira (2000), em seu livro-crônica.

Por trás da coligação PMDB/PL está o projeto ousado do empresário Francisco Hyczy da Costa, o Chicão, da Cia Thermas do Rio Quente, de construir uma nova cidade, inteiramente voltada para o turismo. Dono do complexo hoteleiro Pousada do Rio Quente, formado por um hotel cinco estrelas, outro quatro, além de diversos chalés, Chicão sempre apoiou o projeto de emancipação do município. Sua companhia emprega mais de 1 mil e 300 funcionários, foi a responsável pela construção da Vila dos Casados e dos Solteiros, destinadas à moradia de parte dos funcionários, e também responsável pela construção do aeroporto, depois doado à Embraer. Pode-se dizer que Rio Quente existiu em função do Rio das Águas Quentes e da Cia Thermas, responsável por todos os melhoramentos do local. Se se tornou município, também foi graças ao empresário, que incentivou e financiou toda a campanha de emancipação. O candidato peemedebista assume a participação do empresário e diz que outros homens “de visão” vão começar a investir no município”. Rio Quente é o principal polo turístico de Goiás. Evidentemente que vai haver interesses do Governo e de grupos particulares no desenvolvimento deste polo”. Para a criação de uma cidade ecológica como deseja o comitê PMDB/PL, Roberto Machado afirmou que vai buscar apoio dos governos estadual e federal. O estudo inicial, porém, está sendo bancado pelo próprio comitê, que contratou os arquitetos Carlos Mauad e Eduardo Manzano para planejar a cidade (NOGUEIRA, 2000, p. 139).

Afirmar que o comitê contratou arquitetos para planejar a cidade equivale a dizer que a Cia Thermas do Rio Quente o fez, uma vez que, tal como os membros do comitê pró-emancipacionista, os membros do comitê resultante da coligação PMDB/PL também eram ligados à empresa. Zanderlan Campos, presidente do PMDB local e do comitê pró-emancipação era ligado profissionalmente ao empresário Chicão; Sílvia Silva Souza, “respondendo pela Comissão Provisória do PL [...] [era] funcionário da Cia Thermas e que está à disposição do comitê [...]” (NOGUEIRA, 2000, p. 139); a campanha era financiada pela empresa, assim como fora a campanha emancipacionista. Essas evidências permitem a afirmação de que os projetos do grupo que chegava ao poder no novo município eram, na verdade, prepostos da empresa privada, convocados para transformar em realidade seus objetivos, o que permite que se retorne à discussão da confusão entre o público e privado, ou melhor, da forma como o setor privado se apossa dos bens públicos para consolidar seus interesses, o que, como apontou Raymundo Faoro (1975), decorre da

herança patrimonialista do estado brasileiro, fazendo com que instituições e pessoas se apossem do bem público em nome de seus interesses.

Considerações finais

O presente trabalho permitiu que houvesse uma maior compreensão a respeito do processo de formação dos novos municípios no Brasil, a partir do caso do município de Rio Quente, em Goiás. Dessa forma, o desvelamento dos interesses diversos que antecederam o desmembramento do antigo Patronato que deu origem ao município pode ser entendido como representativo de outros processos acontecidos ao longo do tempo, importante tanto do ponto de vista acadêmico quanto das possibilidades de compreensão histórica da invenção das mitologias identitárias.

As fontes analisadas mostraram que o processo que desencadeou a criação do município de Rio Quente foi resultado de uma série de ações que, de início, não contara com o apoio da população, por falta de interesse e, principalmente, de conhecimento, haja vista ter sido gestada por um pequeno grupo, com interesses econômicos e de classe. O discurso do desmembramento se transformou em ideal emancipacionista, cuja narrativa buscou estabelecer os elementos de unidade identitária, como a proteção ao meio ambiente, a valorização do território “esquecido pela administração de Caldas Novas”, possibilidades de melhorias dos ganhos materiais e do acesso a serviços públicos com aumento de recursos originados de outros entes federativos. Nesse discurso que se consolidou, os interesses econômicos do grupo inicial passaram a segundo plano, ou ganharam uma roupagem inclusiva com ganhos extensivos a todo o conjunto da população.

Por fim, faz-se necessário salientar que todo o processo aponta para a continuidade da prática da apropriação e utilização dos recursos do Estado por grupos e classes dominantes, sempre, de acordo com Lapa (2006), compostos pelos donos do capital. Do controle dos meios de produção, o acesso aos aparelhos do Estado lhes confere o poder político e social. A realidade demonstrada neste trabalho apenas aponta para mais uma faceta de sua efetiva atuação, consolidado no arranjo administrativo dos primeiros passos de Rio Quente como cidade autônoma.

THE PRIVATE INTERESTS IN THE CREATION OF MUNICIPALITIES IN BRAZIL: THE EXPERIENCE OF THE EMANCIPATION OF THE MUNICIPALITY OF RIO QUENTE, GOIAS.

Abstract: This article aims to investigate the process of political emancipation of the municipality of Rio Quente, state of Goiás, having as background the campaign of emancipation, in which certain political and economic groups were protagonists. It was assumed that the emancipation process resulted from the economic interests of the group that led it, and from the possibilities of political action that the new political-administrative structure of the new municipality would provide. The people, the ordinary citizen, were, in the first moments, distant from the process, both in fact, and in the discourses and narratives that composed the framework of the sources and documents used for the research. The methodology used in the work was the analysis of journalistic texts, taking care that this type of source requires, as, in addition, any other type of source.

Keywords: History. Rio Quente. Emancipation.

Referências

ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas Novas: além das águas quentes**. Caldas Novas: Kelps, 1996.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BEROCAN, Aracy. Águas goianas: Caldas Novas, Rio Quente, Três Ranchos. In: CHAUL, Nasr Nagib Fayad; BERTRAN, Paulo (Org.). **Goiás: 1722 – 2002**. Goiânia: AGEPEL, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CIGOLINI, Adilar Antonio; CACHATORI, Thiago Luiz. Análise do processo de criação de municípios no Brasil. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica: Independencias y Construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, Siglos XIX-XX. Bogotá, 7 a 11 de mayo de 2012. **Actas...** Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Cigolini.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme. Fleury. **Inventário das Cinzas: brasas dormentes da produção literária sobre o Cerrado em Goiás**. 2016. 790 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ELIAS, Ana Cristina. **Caldas Novas ontem e hoje**. Secretaria municipal de educação. Caldas Novas, GO, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 01. 2ª ed. rev. e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GAULD, CHARLES A. **Farquhar, O último Titã**. São Paulo: Ed. de Cultura, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HABERMAS, Jürgen. Para o Uso Pragmático, Ético e Moral da Razão Prática. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 3, n.7, set./Dez., 1989, p. 4-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/669>. Acesso em: 04 abr. 2015.

HOLSTON, James. (LEGALIZANDO O ILEGAL: propriedade e usurpação no Brasil) The misrule of law: land and usurpation in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**. 33 (4) pp. 695-725, 1991. doi:10.1017/S0010417500017291. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i209345> Acesso em: 12 abr. 2016.

LORENZETTI, Maria Silva Barros. Criação, Incorporação, Fusão e desmembramento de municípios. **Consultoria Legislativa**, 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentosepesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/305317.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MEIRA, Júlio Cesar. **ONGs e reforma do Estado no Brasil**: ressignificação da cidadania ou esvaziamento político dos movimentos sociais? 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

NOGUEIRA, Arnaldo. C. **Rio Quente, uma história aquecida pelas suas próprias águas**. Rio Quente, GO: Prefeitura Municipal, 2000.

NOVAIS, F.; SCHWARCZ, L. M. **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade – vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAMOS, Roberta Vieira de Oliveira. **Atividade turística e relações socioambientais**: o Setor Esplanada no município de Rio Quente (GO) – 1990 a 2014. 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Ordenamento do Território), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

SARLO, Beatriz. Tempos Presentes. **Notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

Silva, A. M. de S.; Tinoco, D. dos S. Novos municípios brasileiros: o caso de Caiçara do Norte. In: **Revista de Administração Municipal**, ano 45, nº 228, mar./abr. 2001, p. 21-29. Disponível em: <http://lam.ibam.org.br/revista.asp>. Acesso em: 12 set. 2016.

SIQUEIRA, Jacy. **Um contrato singular** – e outros ensaios de História de Goiás. Goiânia: Kelps, 2006.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Gabriela Alves; OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Caldas Novas: de estação de cura à maior estância hidrotermal de lazer e entretenimento do Brasil. In: III Simpósio Nacional de História da UEG / Iporá – Goiás / agosto/2013, p. 63-72. **Anais...** Iporá, 2013. Disponível em:

<http://www.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistoria/issue/view/100>. Acesso em: 26 nov. 2016.

SOBRE OS AUTORES

Júlio Cesar Meira é doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos.

Suelene Aparecida de Oliveira é graduanda em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Morrinhos.

Recebido em 27/07/2017

Aceito em 18/12/2017